

INFLAÇÃO E RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 07.08.1984

Resolvido com o FMI o problema da dívida externa, a partir do pressuposto de que a economia brasileira já está ajustada internacionalmente, o grande risco que enfrentarão os formuladores da política econômica em 1985 será querer subordinar a retomada do crescimento ao combate da inflação.

O ano de 1984 será ainda um ano de recessão para a economia brasileira. O crescimento de aproximadamente 5% da produção industrial no primeiro semestre graças ao extraordinário desempenho das exportações que cresceram 25% em relação ao mesmo período do ano passado não compensa a contração do mercado interno, definida por uma queda de 11% nas vendas de varejo. Esta discrepância entre as exportações e o mercado interno só pode ser explicada por uma forte redução dos salários médios reais e por uma nova fase de concentração dos salários médios reais e por uma nova fase de concentração de renda, propiciada pelo processo de ajustamento externo. O ajustamento, além da recessão e portanto da redução da renda por habitante que já caiu cerca de 11% desde 1980, provocou a concentração de renda, como mostram os últimos levantamentos do IBGE.

Aloysio Biondi vem salientando nesta Folha que existe um processo de recuperação da economia brasileira. Não há dúvida que esse processo existe, mas é ainda muito limitado, já que as elevadas taxas de juros reais (em termos de 30%), de um lado, e a redução dos salários reais (que caíram em 14% no último ano), de outro, impedem que as empresas voltem a investir e que a recuperação se torne efetiva. O modesto crescimento de apenas 5,9% da indústria de bens de capital nos primeiros cinco meses do ano contra igual período de 1983 mostra como os investimentos estão ainda paralisados.

É preciso, entretanto, assinalar que a economia brasileira já está ajustada internacionalmente e que, portanto, não há mais nenhuma razão para continuar em recessão. Uma vez que o Brasil logre que o FMI reveja o objetivo de zerar a conta corrente do Brasil em 1987 ou 1988, postergando-o por mais alguns anos, o Brasil terá perfeitas condições de voltar a crescer entre 6 e 7% ao ano a partir de 1985.

A economia brasileira já está ajustada porque alcançará este ano um superávit comercial de cerca de 11 bilhões de dólares, porque a produtividade industrial aumentou substancialmente, porque as empresas brasileiras afinal compreenderam que a competitividade internacional é essencial, porque a produção de petróleo brasileira cresceu ao mesmo tempo em que substituíamos petróleo por outras fontes de energia, de forma que hoje a produção nacional de petróleo corresponde a 60% do consumo contra 16% em 1979.

A inflação, entretanto, depois de duplicar de patamar em 1983, estabilizou-se em 1984 no nível de 200%. Em conseqüência, os economistas ortodoxos que, apesar de toda a evidencia em contrário, insistem em identificar desajuste interno (inflação) com desajuste externo (déficit na balança comercial) quanto maior o déficit público e o crescimento da oferta monetária, maior seria a inflação e maior seria o déficit na balança comercial serão provavelmente levados a defender a tese de que o Brasil “precisa continuar a controlar rigidamente a oferta monetária e o déficit público (e portanto manter a economia em recessão) para combater a inflação”.

Não há dúvida que é necessário combater a inflação, mas subordinar a retomada de crescimento à inflação é um contra-senso, quando se sabe que a inflação brasileira atual não é de demanda, mas administrada, e que sua resistência a desacelerar-se deriva diretamente da indexação da economia, pouco tendo a ver com o “elevado” déficit público, a “excessiva” oferta monetária, a “baixa” taxa de juros e o “excesso” de demanda.

O combate à inflação deve, portanto, ser claramente subordinado à retomada do desenvolvimento. Inclusive porque, conforme a experiência histórica brasileira demonstra, esta retomada deverá facilitar ao invés de dificultar a redução da taxa

inflacionária, na medida que o crescimento da renda ao invés do crescimento dos preços sirva de fator acomodador dos conflitos distributivos.(07/08)